

-----ATA NÚMERO 42/2016-----

REUNIÃO ORDINÁRIA, E PÚBLICA, DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL, REALIZADA EM VINTE TRÊS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

-----Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas quinze horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: Domingos Manuel Martins Rodrigues, José Manuel de Sousa Rodrigues, Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração.-----

---Presentes, ainda, os Senhores Rui Anacleto Mendes Alves, Celso Maurílio Vieira Mendes e Énio Vieira Martins, que substituem, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Senhores Vereadores Bruno Miguel Camacho Pereira, João José Sales Fernandes Correia e Artur Alberto Fernandes Andrade, do PSD e CDU, respetivamente, bem como a Senhora Alicia Maria Faria Abreu, da Coligação Mudança, que preenche, ao abrigo da mesma disposição legal, a vaga ocorrida

nesta reunião pela ausência da Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes.-----

---Estiveram ainda presentes a Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência, Andreia Caetano e os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação, João Beja, Mabely Moreira e Ênio Câmara.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Ao iniciar este período, a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, prestou esclarecimentos acerca do início dos censos sobre o número de cães e gatos quer domésticos quer errantes, que vai permitir o apuramento do seu número assim como o que são portadores de microchips. A este propósito disse que foram criadas equipas que irão percorrer todo o Concelho, em ações de sensibilização, alertando para o registo obrigatório dos animais que será grátis, por um período de um ano, nas respetivas Juntas de Freguesia.----

-----Continuando a sua intervenção, informou também acerca do primeiro concurso de fotografia “online”, intitulado “Reutilizar o Natal”, promovido pelo Departamento de Ambiente, cujos prémios serão, respetivamente, uma viagem ao Porto Santo e um vale de

compras no valor de cento e cinquenta euros, resultantes de parcerias entre a Autarquia, a Porto Santo Line e a Empresa “AKI”.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Celso Mendes, do PSD, opinou que a Autarquia deveria ter uma ação sensibilizadora junto das operadoras de telecomunicações, no sentido de serem retirados os postes que já não são utilizados evitando mais poluição visual.-----

-----Continuando, chamou a atenção para o estado de degradação e foco de insalubridade em que se encontra o Fortim do Lazareto, referindo que a Câmara deveria tomar medidas no sentido de alertar o proprietário para a sua reabilitação e limpeza.-----

----- - Em relação a esta questão, o Senhor Presidente informou que visitara o local há pouco tempo, estando a Autarquia a intervir ao nível da desratização. Acrescentou que, de momento, o referido fortim se encontra em processo de aferição da legitimidade de propriedade.-----

---Em seguida, o grupo de Vereadores do PSD, apresentou três requerimentos por escrito, a saber, “Requerimento para informações detalhas sobre o Programa Câmara à Porta”, “Requerimento para informações detalhadas sobre o Programa de Participação na aquisição de Medicamentos” e “Requerimento para informações detalhadas sobre o Programa PRESERVA – Apoio à Conservação e Reparação de Habitações Degradadas”.-----

---Os requerimentos foram aceites e irão ser reencaminhados para

os serviços municipais competentes, para que seja fornecida a informação solicitada.-----

----- - Intervindo o Senhor Vereador Rui Anacleto Alves, do PSD, relembrou a ligação entre a Fundoa e o Caminho dos Saltos, tendo o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informado que a mesma seria reaberta com a colocação de sinalização de perigo de queda de pedras. Informou ainda que a estrada na escarpa Velez Carço seria reaberta nesse dia.-----

----- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, questionou acerca dos procedimentos dos abrigos do Parque Ecológico do Funchal, ao que a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou que aquando dos incêndios, o processo fora suspenso, no entanto mandaria averiguar junto dos serviços.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, questionou acerca do relatório final do Serviço Municipal de Proteção Civil relacionado com os incêndios do passado mês de agosto.-----

----- - Sobre esta questão, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou que estava finalizado e será disponibilizado logo que possível.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, referiu-se a uma acusação feita na Assembleia Legislativa Regional de que a Câmara Municipal do Funchal não se fazia representar nas reuniões semanais efetuadas

pelo Serviço Regional de Proteção Civil.-----
----- - Respondendo o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, disse que tal não correspondia à realidade, pois na maioria das reuniões ordinárias a Câmara fez-se representar sempre pelo Diretor do Serviço Municipal de Proteção Civil, existindo também um contacto permanente com aquele Serviço.----
-----Prosseguindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, e acerca de uma vistoria efetuada ao autossilo do Campo da Barca, devido aos danos estruturais existentes no piso superior, questionou o ponto da situação, tendo o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informado que foram realizadas intervenções ao nível da impermeabilização e análise de infraestruturas que não indicaram quaisquer danos estruturais.----
-----Por sua vez, o Senhor Presidente acrescentou que a Câmara estava a executar algumas obras de beneficiação de um espaço que servirá para a entrega de refeições aos sem-abrigo, retirando-os da zona do Mercado dos Lavradores.-----
-----Voltando ao uso da palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, lembrou a questão urgente, por questões de segurança, da deslocalização das paragens de autocarros das Ruas do Anadia e Brigadeiro Oudinot.-----
-----Continuando disse reconhecer o esforço da Autarquia na colocação de mais abrigos nas paragens de autocarros mas, em sua opinião, seria benéfico que fossem criados mais lugares sentados.-----

-----Seguidamente, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, alertou para a necessidade da requalificação do Jardim Municipal, nomeadamente o palco e a sua envolvente.-----

----- - Em relação a esta questão, o Senhor Presidente informou que recentemente foram efetuadas obras nos camarins, tendo a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, acrescentado que ao nível das casas de banho estavam a ser executadas obras de reparação, assim como estão previstas em todos os sanitários públicos municipais, sendo que os do Parque de Santa Catarina já estavam no final da intervenção.-----

-----Continuando a sua intervenção, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, referiu-se a uma denúncia feita por um partido político acerca do mau estado do pavimento do Caminho do Engenho Velho e falta de transportes públicos, zona com predominância de famílias com muitas carências económicas.-

-----Por último, chamou a atenção para um derrame abundante de água na Rua do Pina e o mau estado da Rua do Bom Jesus.-----

----- - Respondendo, e no que concerne à Rua do Bom Jesus, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, referiu, e conforme já mencionado em reunião anterior, que toda aquela artéria seria alvo de intervenção no próximo ano ao nível de saneamento básico e só posteriormente seria executado o asfaltamento ou a colocação do pavimento original, os paralelepípedos.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia

e pela sequência nela prevista:-----

1 – PARQUE ECOLÓGICO DO FUNCHAL:-----

----- - **Criação de um grupo de trabalho para o Parque**

Ecológico do Funchal: - Presente proposta de deliberação, subscrita pela Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, do seguinte teor:-----

---“Considerando: Que no passado mês de agosto de 2016, o incêndio que deflagrou na freguesia de São Roque, Funchal, propagou-se para leste, tendo atingido o Parque Ecológico do Funchal, quer através da Ribeira de Santa Luzia, quer através do Terreiro da Luta/Caminho dos Pretos. Este incêndio no Parque Ecológico, que teve o seu início na madrugada do dia 9, só foi considerado extinto no dia 12 e afetou direta ou indiretamente 60% da área do Parque Ecológico, tendo ardido 440 ha; Que a área ardida em 2016 cobre áreas não ardidas nos incêndios de 2010 e 2013, incluindo núcleos importantes de vegetação indígena e de espécies de elevado interesse botânico; Que desde 2010 o Parque Ecológico tem sido alvo de medidas importantes de reflorestação e de controlo de plantas invasoras, bem como de beneficiação de caminhos e linhas de água e do reforço de alguns meios mecânicos que visam aumentar a capacidade do Parque para enfrentar este tipo de adversidades; A grande importância ecológica e paisagística do Parque Ecológico do Funchal, o seu papel na segurança da cidade e o seu contributo para o bem-estar das pessoas que dele usufruem; Que este incêndio de 2016 revelou algumas debilidades

no tocante aos meios de primeira intervenção no combate ao fogo, bem como no tocante à vegetação existente; Que as alterações climáticas que estão previstas para o município deixam antever a existência de fenómenos de ondas de calor mais frequentes e diminuição da precipitação; Que vai ser necessária uma intervenção urgente no Parque Ecológico com vista a recuperar o ecossistema ardido e a dotá-lo de melhor capacidade de resistência e resiliência a este tipo de catástrofes; Ainda que o quadro de pessoal especializado do Parque Ecológico é muito reduzido, faltando competências em áreas que são consideradas fundamentais num parque com estas características ecológicas e fisiográficas. Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea t), do n.º1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte: 1 - Criar um grupo de trabalho multidisciplinar com vista a apoiar técnica e cientificamente as atividades do Parque Ecológico do Funchal no âmbito da recuperação dos ecossistemas após os incêndios. 2 - Que este grupo de trabalho, com mandato que se inicia na presente data e que durará até 31 de dezembro de 2020, seja composto pelas personalidades, abaixo identificadas, de reconhecido mérito científico e técnico nas áreas do conhecimento que se consideram fundamentais face às especificidades do Parque Ecológico e aos trabalhos de recuperação que se preveem: - Professora Doutora Elizabete Marchante; - Professora Doutora Aida Pupo Correia; -

Professor Doutor Joaquim Sande Silva; - Professor Doutor Ricardo Ribeiro; - Engenheiro Miguel Franquinho Aguiar; - Engenheiro Fábio César Pestana. Integrarão ainda este grupo de trabalho o Diretor do Parque Ecológico do Funchal, Dr. João Nunes e o Diretor do Departamento de Ciência e Recursos Naturais, a quem competirá fazer a ligação entre o grupo de trabalho e o município e providenciar os necessários meios para o seu bom funcionamento. Na sua primeira reunião plenária o grupo de trabalho adotará a sua metodologia de trabalho e funcionamento, sendo que se deverá reunir no Funchal pelo menos uma vez por ano. 3 - Que as despesas inerentes ao seu funcionamento, nomeadamente deslocações e estadias dos membros não residentes na RAM, sejam suportadas pelo município”.

---Intervindo a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, colocou algumas questões, nomeadamente, se o convite fora personalizado ou em parceria com instituições privadas ou outras, se a Universidade da Madeira não teria especialistas nesta área, se os membros do grupo receberão honorários e, se sim, qual o regime em que serão contratados e o valor global estipulado para este grupo.

---A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, sobre esta questão, referiu: “Foram pensados diversos nomes que abrangessem as várias áreas, inclusive alguns docentes da Universidade da Madeira, mas devido a compromissos profissionais não foram aceites sendo que os convites foram feitos

individualmente. Os membros do grupo não irão receber quaisquer honorários e os custos da Autarquia serão os das viagens e alojamento de alguns membros que vivem no Continente que segundo uma estimativa e numa primeira fase, terão que se deslocar duas vezes a reuniões presenciais”.

---Intervindo o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, questionou se em termos de procedimento não deveria haver uma estimativa de custos, ao que a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, respondeu que de acordo com o parecer dos serviços não seria necessário.

---Usando da palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, questionou se quatro anos não seriam excessivos para a execução do referido trabalho, opinando que não deveria ser necessário constar da deliberação que na primeira reunião o grupo adotaria a metodologia de trabalho, tendo a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informado que os quatro anos estipulados, justificam-se pelo acompanhamento das ações no terreno.

--- - Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.

2 – COMPLEXO BALNEAR DO LIDO – Adjudicações:

----- - **Concurso público para a “Concessão do direito de exploração do Snack-Bar do Lido sito à Cota 16,50 com a área encerrada de 56,40 m2 e com esplanada com a área de 153,65 m2 situada no exterior do Complexo Balnear do Lido”:**

- Em presença do processo, acompanhado do relatório final, para a

concessão do direito de exploração acima mencionado, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, adjudicar nos termos do relatório final, ao concorrente Dário Silva, pelo valor mensal de € 6.601,00 (seis mil seiscientos e um euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

----- - **Concurso público para a “Concessão do direito de exploração do Snack-Bar do Lido sito à cota 9 com a área de 190,75 m2 e com duas esplanadas, uma com a área de 97,50 m2 e outra com 45,40 m2 situada no interior do Complexo**

Balnear do Lido”: - Perante o respetivo processo, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, concordar com a proposta do júri, constante do relatório final e adjudicar o espaço mencionado em título ao concorrente Paixão & Camacho, Lda., pelo valor mensal de € 5.495,00 (cinco mil quatrocentos e noventa e cinco euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.-----

----- - **Concurso público para a “Concessão do direito de exploração da Loja I na Promenade do Lido, Complexo**

Balnear do Lido”: - Em presença do relatório final de análise das propostas para a concessão em epígrafe, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, adjudicar ao concorrente MobiFreitas, Lda., pelo valor mensal de € 1.700,00 (mil e setecentos euros) a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.-----

----- - **Concurso público para “Concessão do direito de exploração da Loja II na Promenade do Lido, Complexo**

Balnear do Lido”: - Nos termos do Relatório Final, a Câmara

deliberou, por unanimidade, adjudicar a “Concessão do direito de exploração da Loja II na Promenade do Lido”, ao concorrente “Freitas & Encarnação, Lda.” pelo valor mensal de € 621,15 (seiscentos e vinte e um euros e quinze cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.-----

----- - **Concurso público para “Concessão do direito de exploração da Loja III na Promenade do Lido, Complexo Balnear do Lido”:**

- Em face do respetivo processo, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, concordar com a proposta do júri, constante do relatório final e adjudicar o espaço acima mencionado ao concorrente Roberto Paulo Sousa Pereira, pelo valor mensal de € 1.111,11 (mil cento e onze euros e onze cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** “A nossa abstenção nada tem contra os candidatos adjudicados neste procedimento, mas sim com o procedimento anterior, em que haviam concorrentes que tinham entregue tudo em conformidade com o Caderno de Encargos e a legislação em vigor”.-----

3 – LOJA DO MUNÍCIPE:-----

----- - **Concurso de Ideias para a Loja do Município – alteração do artigo 7º do Regulamento:**

- Atendendo a que foram selecionados dois concorrentes com o primeiro prémio, no âmbito do concurso mencionado em título, foi deliberado por maioria, com abstenção do CDS/PP, por proposta do Senhor Vereador da Mudança, Miguel Gouveia, proceder à alteração do artigo sétimo do

Regulamento, fim de permitir o pagamento dos prémios, no valor líquido de € 750 (setecentos e cinquenta euros)/cada.-----

4 – HABITAÇÃO SOCIAL:-----

----- - **Empreitada de “Empreendimento Habitacional dos Viveiros – 28 Fogos, Infraestruturas e Arranjos Exteriores – Suspensão do prazo da entrega das propostas – Ratificação de**

despacho: - Em presença do respetivo processo e considerando o despacho do Senhor Presidente, datado de dezoito de novembro/dois mil e dezasseis, que aprovou, ao abrigo do estatuído no número três do artigo trinta e cinco do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a suspensão do prazo da entrega das propostas da empreitada acima referenciada, pelos erros e omissões identificados, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o citado despacho nos termos do disposto previsto no número três do artigo sessenta e um, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito/dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, retroagindo os efeitos desta ratificação à data do despacho.-----

5 – ACIDENTES NA VIA PÚBLICA/INDEMNIZAÇÕES: - Foi de novo presente o processo de Egídio Fernandes Camacho Carreira (procºs 12726 e 22760/16), solicitando o pagamento das indemnizações (2), pelos danos causados na viatura Mitsubishi 230 Colt (matrícula 59-49-ZJ), provocados, respetivamente, por um funcionário adstrito à Unidade de Mercados aquando do transporte

duma cadeira e à existência duma tampa da rede de saneamento que se encontrava fora do local no Caminho Velho da Chamorra, freguesia de Santo António, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação da Divisão de Património e Controlo (datada de 2016/09/21).-----

6 – URBANISMO:-----

-----**6.1 – Obras Particulares:** - Em presença do processo apresentado por Medidacorrída, Lda. (proc.º 34342/16, sub-proc.º 2016000290), referente às obras de reabilitação e alterações a efetuar no interior do prédio situado à Rua dos Ferreiros, número cinquenta e um e Rua da Queimada de Cima, números sessenta e oito, freguesia da Sé, a Câmara tomou, por unanimidade, nos termos do artigo quinto, número um, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Decreto-Lei nº 555/99), de 16/12, na redação do Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9), a seguinte deliberação: "Deferido o projeto nas condições do parecer da DRC (E-40829/16). Em relação ao ponto VIII do referido parecer, no que se refere “A estrutura de suporte e estação existentes na cobertura”, após várias buscas verificamos não haver processo relativo a licenciamento desta infraestrutura. Deverá o requerente juntar ao processo documento que prove que esta estrutura está devidamente legalizada (documento da ANACOM) ou dar início ao seu licenciamento ou retirar definitivamente esta estrutura da cobertura. Deverá juntar ao processo os projetos de especialidades julgados necessários, nomeadamente Segurança Contra Risco de

Incêndio”.-----
----- - Relativamente ao projeto de construção e ampliação (com manutenção de fachada) do prédio situado à Rua da Carreira, número duzentos e quarenta e seis a duzentos e cinquenta e dois e Rua das Cruzes número duzentos e noventa e cinco, freguesia de São Pedro, apresentado por MVLA, Lda. (procº 38819/16, sub-procº 2016000334), a Câmara, atendendo ao parecer da Divisão de Gestão Urbanística (refª CH 464/2016) aprovou, por unanimidade, nos termos do artigo quinto, número um, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Decreto-Lei nº 555/99), de 16/12, na redação do Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9), a seguinte deliberação: - “1. Executar zona ajardinada numa faixa de 1,5 m no apartamento T1C – piso 1, garantindo não haver devassa à propriedade vizinha (Rua Pimenta Aguiar). 2. Ficar garantido que, na propriedade matricial 3589-P, atualmente propriedade da CMF, à Rua das Cruzes/gaveto com a Rua Pimenta Aguiar, poderá ser dado continuidade à construção do bloco residencial das Cruzes, podendo ser abertos vãos, sem o afastamento legalmente exigido para o logradouro agora proposto e confinante com a referida propriedade. 3. A execução desta obra, nomeadamente a execução da cave, deverá ter em consideração a existência do túnel da Cota 40 (verificar traçado; cotas e análise de possível impacto do ponto de vista da segurança devido a vibrações). 4. Juntar ao processo todos os projetos de especialidades, devendo o projeto de estabilidade ter em consideração o ponto 3”.-----

----- - Em presença do projeto de reabilitação e alteração apresentado por Pedro Dantas de Freitas, na qualidade de procurador de Jean Claude Fernand André Yves Paris, (proc.º 35402/16, sub-proc.º 2016000248) a levar a efeito no prédio localizado à Calçada do Socorro, número um, três e cinco, à freguesia de Santa Maria Maior, a Câmara aprovou, por unanimidade, com base na informação da Divisão de Gestão Urbanística (ref.ª CH 400/2016) e nos termos do artigo quinto, número um do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Decreto-Lei n.º 555/99), de 16/12, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/9), a seguinte deliberação: “Uma vez que o projeto agora apresentado cumpre com o PDM, julgo não haver inconveniente no deferimento do mesmo nas condições do parecer da DRC (E-40832/16). No entanto, em relação ao ponto II da conclusão do referido parecer, no que se refere à alteração do vão existente na parede posterior na zona da garagem, julgamos justificada a alteração com a necessidade de passagem de máquina para execução do desaterro para a piscina e posterior saída desse material. Deve apresentar os projetos de especialidades julgados necessários para obra desta natureza”.-----

----- - Considerando o projeto de arquitetura apresentado por PROMOLOBOS – Construções, Lda., (proc.º 46204/16, sub-proc.º 2016000122), relativo à construção de um edifício de habitação coletiva, a levar a efeito na Rua da Rochinha números oitenta e dois, oitenta e quatro e oitenta e seis, freguesia de Santa Maria

Maior, a Câmara, com base na informação da Divisão de Gestão Urbanística (refª OAF/179/DGU/2016), e nos termos do artigo quinto, número um do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Decreto-Lei nº 555/99), de 16/12, na redação do Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9), aprovou, por unanimidade, a seguinte deliberação: “Deferido o projeto de arquitetura dado que cumpre na íntegra com os parâmetros urbanísticos previstos no nº 1 do artigo 34º do regulamento do PDM e restante legislação em vigor; deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o estipulado pela Portaria nº 113/2015, incluindo o projeto de arquitetura que reúna todos os elementos gráficos; deverá cumprir com as recomendações preconizadas pelo parecer emitido pela ARM – Águas e Resíduos da Madeira; Admite-se o início dos trabalhos referentes à contenção periférica”.-----
----- - Perante o projeto de ampliação (construção de cave) apresentado por Manuel José de Freitas Carvalho (proc.º 46287/16, sub-proc.º 2009000870), respeitante ao prédio situado à Rua do Bispo, números quarenta e quatro a quarenta e oito, freguesia da Sé, a Câmara, nos termos do artigo quinto, número um, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Decreto-Lei nº 555/99), de 16/12, na redação do Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9), tomou, por unanimidade, a seguinte deliberação: “Deferido o projeto referente à execução de uma cave na fração “C” do prédio acima mencionado, na condição do parecer do DRC (E-46287/2016). Deve o requerente juntar ao processo mais uma

cópia do projeto de arquitetura, devidamente assinado por técnico responsável. Deve juntar projeto de estabilidade; águas e esgotos; fichas de eletricidade e AVAC. Posteriormente deve retificar a área da fração “C” na propriedade horizontal”.

6.2 – Plano de Urbanização do Amparo – Elaboração, por Iniciativa Privada, da Unidade de Execução EU-07:

- Em presença do respetivo processo e de acordo com o proposto na informação do Departamento de Ordenamento do Território (ref^a. DOT-021-2016), a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente, datado de oito de novembro/dois mil e dezasseis, que autorizou, o pedido da Empresa “Estevão Neves”, S.A. para a elaboração, por iniciativa privada, da Execução EU-07 do Plano mencionado em título, bem como aprovar a Minuta do Contrato para Planeamento a celebrar com a referida empresa e determinar a abertura do período de discussão pública (audiência dos interessados), com a duração de quinze dias úteis, ao abrigo dos artigos cinquenta e um e cinquenta e cinco, respetivamente, do Decreto Legislativo regional número quarenta e três/dois mil e oito/M, de vinte e três/dezembro.

Adenda (nº 4 do artigo 11º do Regimento das Reuniões da CMF).

7 – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA/Isenção de taxas: - A pedido da Associação de Familiares e Amigos do Doente Mental da Região Autónoma da Madeira (AFARAM) (procº 44528/16), a Câmara deliberou, por unanimidade, com base na informação da Divisão de

Fiscalização Municipal (refª 1343/DJF/DFM/2016), autorizar a cedência dos Jardins do Almirante Reis, nos dias cinco, doze e dezanove do próximo mês, com isenção das taxas, para a realização da feira denominada “Funchal Criarte”.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO AO PÚBLICO: - Pelas dezassete horas e trinta minutos, foi aberto o período de intervenção ao público. Intervieram os munícipes abaixo identificados, inscritos previamente na Divisão de Atendimento e Informação, colocando as suas questões:-----

--- - Ana Maria Cordeiro Domingues – pedido de alargamento das Escadinhas do Areeiro ou abertura de estrada, freguesia de São Martinho (proc.º 9870/2015);-----

---Relativamente a este assunto, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, disse existir um projeto de construção de três moradias, sendo que um proprietário dos lotes encontra-se disponível para ceder terreno para a abertura da estrada mas terão que ser analisadas as várias possibilidades, tendo ficado agendada nova visita ao local para estudar novas alternativas.-----

--- - Cátia Carina Castro Cró – alargamento do Beco da Freirinha, na freguesia de Santo António;-----

---Sobre este assunto, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que está a decorrer o processo de expropriação de algumas parcelas, aguardando-se pela deliberação do Governo Regional de utilidade pública. Disse que, seguir-se-á o processo de concurso prevendo-se o início dos trabalhos no último trimestre do

próximo ano.-----

--- - Carla Patricia Silva Miranda – assunto relacionado com a moradia parcialmente destruída aquando dos incêndios de agosto, no Caminho dos Lombos, número cinquenta e um, freguesia do Monte (proc.º 38014/2016);-----

---Em relação a este assunto, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou que a Autarquia está a ajudar as pessoas afetadas pelos incêndios ao nível dos projetos urbanísticos necessários para a recuperação das habitações pelo que deverá solicitar apoio ao Gabinete de Apoio à Reconstrução.----

---Ainda sobre esta questão, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, fez referência à conta solidária criada, de apoio às pessoas afetadas pelos incêndios para ajuda na aquisição de alguns bens pelo que brevemente a munícipe poderá candidatar-se a este apoio.-----

--- - Ricardo Silva Rodrigues – pedido de consolidação da escarpa situada à Levada dos Moinhos/Rua 5 de Outubro; (não compareceu);-----

--- - Fernando Rodrigues Gois – reclamação contra obras ilegais efetuadas por vizinho no Caminho da Azinhaga, freguesia de São Roque (proc.º 37111/16, sub-proc.º 20100000129);-----

---Relativamente a este processo o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, reafirmou o que fora dito na Sessão da Assembleia Municipal de catorze de novembro, em que o munícipe se inscreveu sobre este assunto, informando que a obra está ilegal

e foi instaurado um processo de contraordenação, estando a decorrer o prazo legal para apresentação do projeto de legalização.-

--- - Maria José Souto de Freitas da Silva – reclamação contra os cheiros provenientes da oficina de arranjo e pintura de automóveis, situada ao Caminho do Engenho Velho, número nove, freguesia de São Martinho (proc.º 19004/2014);-----

---Em relação este assunto, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou que a Autarquia irá proceder ao encerramento coercivo da oficina.-----

--- - Virgílio Gregório de Andrade – assunto relacionado com a falta de acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida assim como a existência de sanitários adaptados no Funchal (proc.º S-21363/2016) (não compareceu);-----

--- - Maria Isabel Gomes Santos Mota – reclamação contra o Bar “Tapas do Aníbal”, sito à Rua de Santa Maria;-----

---Sobre este processo a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou que já foram notificados para retirar a gambiarra e solicitado novamente à PSP uma maior fiscalização no local, não tendo porém a Autarquia recebido qualquer auto de notificação, no entanto será pedido aos Serviços de Fiscalização Municipal o reforço e intensificação da fiscalização a este estabelecimento.-----

--- - José Raul Catanho da Silva – reclamação contra um vizinho pela construção ilegal de armazém no Caminho do Lombo, quarenta e oito, freguesia do Monte (proc.º 1161672016);-----

---O Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou que a situação não se alterou desde a última reunião pública e que em primeiro lugar a Câmara estava a resolver a questão da família que se encontra a viver naquele armazém por ter sido afetada pelos incêndios e que após a resolução desta questão o processo seguirá os seus trâmites.-----

--- - Maria Fátima Costa Abreu – reclamação contra obras ilegais no prédio situado á Travessa do Lombo da Boa Vista, quatro-C, freguesia de Santa Maria Maior (proc.º 35140/2016);-----

---Sobre esta questão, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou que a obra é ilegal e será embargada com instauração de um processo de contraordenação.-----

--- - José Nicolau Pereira Alves – pedido de esclarecimentos referentes às coimas aplicadas (proc.º nº 10/CO/2016);-----

--- - José Élvio Correia Rodrigues Mendonça – apresentação de projeto de alterações da moradia localizada à Rua do Ninho, freguesia de São Martinho (sub-proc.º 2011000540).-----

---Usando da palavra, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou que fora feito um esforço por parte da Autarquia para apresentar uma alternativa ao projeto inicial, de forma a viabilizar o mesmo, no entanto não existiu qualquer interesse da parte do munícipe nesta solução. Foi ainda informado que os alinhamentos previstos são para manter-se e será notificado neste sentido.-----

-----Após se inteirar dos assuntos acima descritos e prestados os

esclarecimentos, a Câmara encaminhou para os diversos serviços as situações que necessitavam informação.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às dezoito horas e trinta minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 392/2016, publicada nos locais de estilo.